

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR- UAB/UNB**

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

CLÁUDIA RIBEIRO DO NASCIMENTO.

ORIENTADOR: ADRIANO JOSÉ HERTZOG VIEIRA.

Brasília, 2011.



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento- PED/IP- UAB/UNB, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, sob orientação do Professor Mestre Adriano José Hertzog Vieira.

Brasília, 2011.

NASCIMENTO, Cláudia Ribeiro do

A formação dos professores de Alunos com Necessidades
Educacionais Especiais. /NASCIMENTO, Cláudia Ribeiro do - Brasília, 2011.

42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Especialização)
- Universidade de Brasília, setembro de 2009 - abril de 2011.

TERMO DE APROVAÇÃO

CLÁUDIA RIBEIRO DO NASCIMENTO

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UNB. Apresentação em 16/04/2011. Aprovada pela seguinte banca examinadora:

Professor Mestre Adriano José Hertzog Vieira.

Professora Susana Silva Carvalho.

Cursista: Cláudia Ribeiro do Nascimento.

Brasília, 2011.

DEDICATÓRIA

A todos e todas que de alguma forma
são discriminados e excluídos nesse país
de grandes diversidades; a minha irmã
Da Guia, pela solidariedade; ao meu
filho Artur, pela paciência.

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu
Beijei for meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.

(Chico Buarque)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

A minha querida família, por ser o meu referencial de valores e princípios.

Aos meus irmãos, por serem tudo o que se espera de uma relação fraterna.

Ao meu filho, pela compreensão.

A toda a equipe da escola Municipal Monteiro Lobato, pela colaboração.

Aos amigos da turma, pelas interações e contribuições.

Ao meu orientador, por todo o comprometimento e dedicação.

A todos que têm sede de justiça.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar aspectos da formação dos professores atuantes do ensino de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). O estudo foi desenvolvido no contexto de uma escola e para tanto teve como participantes um grupo de 19 professores de uma escola do Município do Novo Gama - GO. A pesquisa deu-se por meio de entrevista e teve como recurso de coleta de informações um questionário auto-aplicável onde os docentes deram declarações referentes à sua formação e a sua visão relativa à inclusão escolar. A pesquisa teve como objetivo geral identificar características da formação do professor que possibilitem processos inclusivos na aprendizagem dos ANEE. Os resultados obtidos neste estudo foram analisados e pôde-se constatar que a formação inicial dos professores ainda é ineficiente quanto se trata deste assunto. O texto focaliza a formação do professor e a prática escolar, sua relação e visão a respeito dos ANEE e a aprendizagem; a escola e a família; a trajetória da legislação brasileira para a inclusão escolar. Este trabalho pretende contribuir subsidiando educadores interessados no tema e tornar este objeto de pesquisa uma constante reflexão com vistas à promoção da inclusão escolar.

Palavras-chave: formação – professor – ANEE – inclusão - aprendizagem.

ABSTRACT

This study aims to examine aspects of teacher education for working students with Special Educational Needs (ANEE). The study was conducted in the context of a school and for both participants was a group of 19 teachers from a school in the city of New Gama-Go. The research took place through an interview and was to feature a collection of information self-administered questionnaire in which teachers gave statements concerning their training and their vision for school inclusion. The research aimed to identify characteristics of teacher training in inclusive processes that allow learning ANEE. The results of this study were analyzed and could be seen that the initial training of teachers is still poor as it comes to this subject. The text focuses on teacher training and school practice, their relationship and about the vision ANEE and learning, school and family, the trajectory of the Brazilian legislation for inclusive education. This work aims subsidizing educators interested in the subject and object of research make this a constant reflection in order to promote school inclusion.

Key-words: education – teacher – anee – inclusion - learning.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO----- 10

I- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1- FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA

EDUCAÇÃO NO BRASIL-----13

1.2- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA EVOLUÇÃO NA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA-----15

II- A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A PRÁTICA ESCOLAR-----17

2.1- O PROFESSOR E SUAS CONCEPÇÕES ANTROPOLÓGICAS E
ONTOLÓGICAS REFERENTES AOS ANEE E À APRENDIZAGEM-----19

III - A ESCOLA E A FAMÍLIA DOS ANEE-----22

IV- OBJETIVOS-----24

V- METODOLOGIA-----25

VI- ANÁLISE DE DADOS-----27

VII- CONSIDERAÇÕES FINAIS-----31

VIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----33

IX- APÊNDICE

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA

AOS PROFESSORES-----35

X - ANEXOS

ANEXO A- CARTA DE APRESENTAÇÃO - ESCOLA-----38

ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO

LIVRE E ESCLARECIDO-----40

APRESENTAÇÃO

“A formação dos professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais” é o tema desta pesquisa que foi realizada em uma escola do Município do Novo Gama - GO. Essa experiência poderá ser conhecida através deste relatório. O estudo buscou responder aos questionamentos, que contemplaram os objetivos iniciais desta pesquisa, que foram os seguintes: A formação do professor contribui para o sucesso da inclusão escolar? O professor sente-se seguro com a sua formação para atuar com Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE)? A formação continuada é fator importante para a atuação do professor? As metodologias e recursos utilizados têm contribuído para o ensino-aprendizagem dos alunos? É suficiente aprender técnicas ou falta ao professor uma postura humanística aberta à inclusão? A formação do professor interfere na relação entre escola e família?

As respostas buscadas serviram para conhecer qual o nível de formação dos docentes com referência ao atendimento dos ANEE e quais elementos são importantes considerar no processo de formação do professor, a fim de favorecer a inclusão.

O despreparo do professor diante da inclusão é uma problemática muito presente no Brasil e foi analisado, neste estudo, em uma escola do Município do Novo Gama-GO, que também faz parte desta realidade.

Não é raro encontrarmos professores vivenciando situações que exigem deles conhecimentos e atitudes referentes ao ensino-aprendizagem dos ANEE, de que não dispõem. Muitos docentes sentem-se inseguros quanto às metodologias/técnicas, recursos e posicionamentos necessários para a efetivação do ensino voltados aos alunos especiais. A maioria se queixa da formação deficiente que tiveram, mas muitos não procuram sanar essas lacunas, o que poderia ser feito através da sua formação continuada. Há também a falta de recursos físicos, pedagógicos, salas de aulas lotadas, descaso dos familiares, a falta da oferta de formação continuada e outros fatores que interferem na inclusão, isto segundo a experiência que tenho compartilhado com alguns professores.

Ciente de que os ANEE têm direito de se desenvolver plenamente como as demais crianças, busca-se a mudança urgente deste quadro, porque eles não podem ser prejudicados da maneira que estão, sendo esquecidos, sem as intervenções que deveriam

receber devido à ineficiência na formação do professor, em salas de aulas lotadas, sem o apoio especializado, sem o ensino-aprendizagem, sem a integração com os outros. A inclusão deve ser motivada pela socialização, ou seja, o convívio com as diferenças. Muitas são as causas da exclusão, porém todas as crianças têm direitos de receber o melhor ensino, e os professores são peça-chave neste processo.

Levantar dados e promover reflexões acerca deste assunto poderão trazer saldos positivos à inclusão e também à formação do professor que é primordial neste processo. O professor bem formado e com uma postura humanística pode fazer a diferença no trabalho pedagógico voltado de fato à aprendizagem do aluno. Todos os fatores colocados fortalecem as motivações desta pesquisa que considero relevante para a realidade que vivencio. Acreditamos que o professor pode ser um personagem essencial para se ter novo rumo na inclusão escolar e, como bem lembra Maciel, “A teoria pode ser comparada a uma lente de aumento que amplia o olhar do professor. Ajuda a enxergar o que antes não conseguia, teorias diferentes, diversidade de olhares.” (2010, p.17). Portanto, a formação torna o professor consciente do seu papel e ciente da realidade que o cerca.

Os temas que sustentaram esta pesquisa foram desenvolvidos em tópicos dentro dos pressupostos teóricos e buscaram atender aos questionamentos elencados inicialmente. Tais temas deram o suporte teórico, ou seja, o aprofundamento à pesquisa e foram estes: Fundamentação Histórica da Educação no Brasil; A Educação Inclusiva e sua Evolução na Legislação Brasileira; A formação do Professor e a Prática Escolar; O Professor e suas Concepções Antropológicas e Ontológicas Referentes aos ANEE e a Aprendizagem; A Escola e a Família dos ANEE.

Este estudo teve como objetivo geral identificar características da formação do professor que possibilitem processos inclusivos na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. E teve como objetivos específicos os listados a seguir: verificar qual a formação acadêmica dos professores e a opinião referente ao preparo para atuação na educação inclusiva; averiguar se na formação destes professores foram ofertadas disciplinas voltadas ao atendimento dos ANEE e se nestas a questão humanística foi tratada, a fim de despertar interesses e respeito pela diversidade; especificar quais os recursos/ metodologias estão sendo utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos ANEE; pesquisar qual a relação existente entre a

família dos ANEE e a escola, quanto às ações voltadas à aprendizagem deste e identificar qual o ponto de vista dos professores sobre a formação continuada referente à educação inclusiva.

O levantamento deste estudo teve caráter empírico e de pesquisa qualitativa e foi desenvolvido no contexto de uma escola pública. Esta pesquisa trata-se justamente de uma análise sobre a formação do professor atuante do ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e é a expressão do que vivenciam muitos sujeitos dessa pesquisa, ou seja, os referidos professores.

A pesquisa teve caráter participante, já que a pesquisadora foi observadora e também participante, a mesma atua no local onde o estudo foi realizado. Os objetivos da pesquisa foram revelados desde o início para o grupo, bem como a possibilidade do surgimento de soluções, porque além dos objetivos citados, buscou-se com este levantamento encontrar formas de diminuir injustiças que os ANEE têm sofrido e promover a inclusão escolar.

A análise dos resultados obtidos não será uma conclusão final deste trabalho, porque se procurou promover uma constante reflexão sobre a inclusão escolar e através destas leituras os interessados no assunto poderão avaliar a sua formação e prática escolar e verificar se os ANEE têm sido atendidos e respeitados como devem ser de fato e de direito.

I- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1- FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Desde o período colonial até os dias atuais, o Brasil tem passado por inúmeras modificações e reformas no sistema educacional. Em 1932, algumas pessoas articuladas e bem informadas, como Anísio Teixeira, assinaram o “Manifesto dos Pioneiros”, um documento que foi redigido por Fernando de Azevedo. Esse Manifesto “Propunha que o Estado organizasse um plano geral de Educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita” (MEC, 2011, p.1).

A *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1934 definiu a Educação como um direito de todos. Daí por diante muitos fatos ocorreram, mas a Educação ainda estava distante de ser a ideal. Em 20 de dezembro de 1961, foi aprovada a primeira lei voltada especificamente para a educação, a Lei nº 4.024, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB). Em 11 de agosto de 1971 aprovou-se a segunda LDB, Lei 5.692 e, em 20 de dezembro de 1996, a mais atual, a Lei 9.394.

Todas essas transformações na Educação não foram construídas de um dia para o outro, como bem mostram os intervalos entre os períodos elencados anteriormente. As transformações aconteceram devido à evolução que ocorreu no pensamento do povo brasileiro e junto com elas vieram os avanços na legislação. Por intermédio da educação é que se dá a transformação das mentes. Segundo Ford e Lerner (1992), as características das pessoas e dos contextos produzem sucessões de mudanças relativamente duradouras que elaboram ou aumentam a diversidade das características estruturais e funcionais da pessoa e dos padrões de suas interações com o meio ambiente.

Acompanhando essas mudanças, motivadas pelas interações com o ambiente muito bem colocadas por Lerner e Ford, promulgou-se a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 5 de outubro de 1988, e o seu artigo 205, preza que ” A educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A escola, como representação do Estado, tem o papel de oferecer a todas as crianças esse espaço de desenvolvimento através de um ensino de qualidade, com garantias de um ambiente de construção de saberes que seja acessível também aos ANEE.

Em nossa sociedade, a educação está diretamente associada à escola. A característica marcante de nossa infância situa-se no fato da criança ser escolar. Maria Lúcia Spedo (2003) lembra que por todos os seus espaços, a escola brasileira esteve ligada às iniciativas de modificações dos circuitos de modelos culturais. O universo escolar reflete toda a sociedade, é um ambiente cheio de diferenças. Essas diferenças precisam ser trabalhadas e é papel da escola buscar diminuir as desigualdades, opressões e estigmas que são tão convencionais na sociedade brasileira.

Quando nos referimos ao papel da escola, não podemos excluir deste contexto o professor, principal responsável pelo processo de ensino-aprendizagem. Sendo o professor um agente de transformação na escola, não se pode deixar de chamar à atenção à sua formação, pois ela é de fundamental importância e fator de diferença no processo de ensino-aprendizagem. A educação depende de melhores condições de formação do professor, uma realidade muito distante, mas que pode ser alcançada se todo professor assumir a sua formação, buscar por meios próprios sem esperar a ação do Estado.

A Educação é um processo complexo e amplo, devendo atender a diversos grupos, com diferentes possibilidades de línguas, de aprendizagem, respeitando etnias, religiões, questões de gênero, diferenças físicas, psíquicas, sociais e outras; sendo para a inclusão, onde caibam todos, sem distinções, sem uniformizar, sem reforçar separações e valorizando sempre a diversidade.

1.2- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA EVOLUÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Educação Inclusiva no Brasil tem passado por adequações políticas e legais, desde a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, que se adiantou aos Documentos internacionais como *A Declaração Mundial de Educação para Todos*, em Jomtien, Tailândia, em 1990; *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre as Necessidades Educativas Especiais*, em Salamanca, Espanha, em 1994 e *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*, na Guatemala, em 1999 (Brasil, 2004). A nossa Constituição trouxe, em seu Artigo 206, os princípios em que se deve basear o ensino, o inciso I preza que deve haver “A igualdade de condições de acesso e permanência na escola.” Partindo deste princípio a Educação deve primar pela inclusão de todos, sem distinção de atendimento, trabalhar de acordo com as potencialidades de cada um e proporcionar um ensino de qualidade.

De 1988 para cá muitas mudanças legais e adequações relativas à Educação Especial já foram feitas, inclusive na Constituição, que traz, no seu artigo 208, a Emenda Constitucional - EC - nº 14/96 e EC nº 53/2006, em seu inciso III, a obrigatoriedade do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. Isso se deu porque durante muitos anos buscou-se dividir os grupos de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, atendendo-os em escolas destinadas somente a este público. Hoje depois de muitas reflexões procura-se incluí-los em escolas convencionais, a fim de promover a inclusão social. Essa promoção deve procurar obedecer a princípios éticos, reconhecer e respeitar as diversidades e oferecer igualdades de condições.

Para assegurar que estes princípios sejam respeitados, a LDB, no seu Capítulo V, Artigo 59, reafirma que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

I. Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

II. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento

especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns. (BRASIL, 2004, p.119)

A LDB é a principal referência de Legislação concernente à educação do Brasil, e a Resolução CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica- n° 4, de 13 de julho de 2010, é uma das mais atuais. Na LDB, Capítulo V, Artigo 58, é colocado que a educação especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Ainda neste artigo, menciona a possibilidade de apoio especializado (classes e serviços) em função das condições específicas dos alunos.

A Resolução CNE/CEB n° 4 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento. Essas Diretrizes têm por objetivo principal sistematizar os princípios e as Diretrizes Gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola. O artigo 29 dessa Resolução diz que a Educação Especial é colocada como modalidade transversal a todos os níveis, etapas de ensino, parte integrante da educação regular e deve ser prevista no Projeto Político Pedagógico –PPP- da Instituição de Ensino.

Acreditamos que o espaço destinado à Educação Especial na Legislação brasileira é um passo para a efetivação da mesma. E a Resolução CNE/CEB n° 4, amplia as garantias em relação à LDB no que se refere à formação dos profissionais da educação, ao Projeto Político Pedagógico, às barreiras arquitetônicas, à comunicação e informação, à mobiliários e equipamentos, ao transporte, todos voltados à Educação Especial, que não estão bem especificados na LDB.

Para que haja a inclusão e aprendizagem dos ANEE é necessário não só o acesso a matrículas, mas é preciso um conjunto de garantias previstas na Legislação, sempre primando pelo desenvolvimento da pessoa e sua preparação para atuar em diferentes contextos. A escola deve ser um ambiente que propicie estas experiências, visto que nela são reproduzidas diferentes situações sociais trazidas pelos alunos.

Muito já se avançou no que se refere à Legislação voltada à inclusão dos ANEE, porém a educação brasileira ainda precisa dar largos passos para que o ensino seja acessível a todos os segmentos da sociedade. As condições contextuais que contribuem para a promoção humana, pessoal, social, comunitária dos ANEE devem ser plantadas na escola e os professores, gestores, coordenadores e outros profissionais da educação devem ter ou buscar a formação que as situações atuais exigem.

II- A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A PRÁTICA ESCOLAR

A questão da formação do professor é uma temática complexa e muito discutida atualmente. Tal discussão é motivada, particularmente, pelos baixos níveis educacionais que o Brasil tem apresentado em suas escolas. Uma das causas associadas a esses resultados é a formação deficitária dos docentes. Os fatores que colocam o Brasil numa condição de baixíssimo nível educacional são inúmeros, porém o professor que reflete e avalia sobre sua prática deve estar aberto para buscar melhorar o seu trabalho através da sua formação continuada.

Para Nóvoa, “a formação do professor deve ser um processo contínuo e centrado nas escolas, numa organização dos próprios professores” (1992, p.28). De acordo com as carências da escola, o grupo deve se organizar para obter a formação que a realidade exige. O professor precisa entender que a sua formação nunca estará finalizada, a pesquisa deve fazer parte do seu cotidiano escolar, sempre procurando aliar a teoria à sua prática. E como deve ser esta formação do docente? O professor Nóvoa apresenta alguns indicadores que referenciam essa importante dimensão da educação:

- Assumir um forte componente da prática, centrado na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos;
- Passar para ‘dentro’ da profissão, isto é, basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens;
- Dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais, trabalhando a capacidade de relação e de comunicação que define o tato pedagógico;

- Valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão;
- Estar marcada por um princípio de responsabilidade social, favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores no espaço público da educação. (2010, p. 6-9)

Todos estes indicadores enunciados por Nóvoa trazem reflexões sobre como tem sido a formação e atuação dos docentes brasileiros, porque o que se percebe são situações bem distantes dessas propostas. É gritante a situação da educação do Brasil, e muito se deve a uma formação dos profissionais que é pouco valorizada e descuidada. Também um fator muito grave que Nóvoa levanta é sobre a questão da experiência que não é considerada na locação de professores em início de carreira nas turmas mais difíceis, isso complica o processo de ensino-aprendizagem, pois, pela lógica, professores mais experientes teriam mais competência para atender com maior qualidade estes alunos. E em se tratando de ANEE a situação se complica mais um pouco, porque possivelmente um professor bem formado, experiente, comprometido, há de ter competências para atender o aluno que necessita de atendimento especializado.

Para Bortoni, a “formação de professores em nosso país vem negligenciando dimensões de natureza mais prática, metodológicas, em benefício de uma suposta superioridade de conteúdos teóricos provenientes das ciências humanas.” (2010, p. 17). Há de fato uma grande fragilidade na formação dos docentes, a grande maioria sai da universidade sem o preparo adequado para o trabalho efetivo na sala de aula.

Não só as questões práticas e metodológicas precisam ser melhoradas nos cursos que formam professores, mas questões teóricas voltadas ao desenvolvimento humano e à aprendizagem merecem maior atenção. É necessário que o professor compreenda, saiba lidar com os sujeitos que são a razão de seu trabalho, de seu estudo. Segundo Demo (1997), conhecer é a forma mais competente de intervir. A pesquisa incorpora necessariamente a prática ao lado da teoria, assumindo marca política do início ao fim. Para ele educação e pesquisa, ambas se postam contra a ignorância. Ainda sobre este assunto o autor coloca que o aluno aprende melhor com o professor que aprende bem. Então, é imprescindível que a formação do professor seja atrelada à necessidade de aprendizagem do aluno.

São muitas as competências que o professor deve buscar na sua formação, que precisa ser contínua. É muito importante que o docente tenha clareza do seu papel no processo educacional e o seu cotidiano nunca poderá deixar de andar junto à pesquisa. Diante de tudo o que foi exposto, importa destacar o que Tacca, coloca:

Assumir-se como professor requer a clareza de muitos aspectos constituintes da missão a ser realizada. É preciso, sim, ter metas e objetivos, saber sobre o que se vai ensinar, mas não pode perder de vista, um segundo sequer, para quem se está ensinando e é disso que decorre o como realizar. Integrar tudo inclui dar conta de muitas facetas no processo ensino-aprendizagem, ou seja, a do aluno concreto, a do conhecimento, a das estratégias de ensino e do contexto cultural e histórico em que se situam. (2000, p.697)

São muitas as responsabilidades que deve assumir o professor que é comprometido de fato com a educação de seus alunos. Se o foco principal é o aluno, então a sua formação precisa estar diretamente ligada a ele. O profissional da educação carece, portanto, conhecer como se desenvolvem, como se comportam, como vivem. Todas estas informações farão diferença no processo de ensino-aprendizagem que todos desejam. Parafrazeando Freire, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.

2.1- O PROFESSOR E SUAS CONCEPÇÕES ANTROPOLÓGICAS E ONTOLÓGICAS REFERENTES AOS ANEE E À APRENDIZAGEM

A educação, tanto no ambiente escolar, quanto em qualquer outro, deve priorizar as relações humanas, buscando o ensino-aprendizagem e baseando-se sempre nas interações entre professor-aluno. Necessita ser a escola um local acolhedor com um professor que atenda ao indivíduo como um ser global. O ser humano é histórico, portanto não se deve desvincular o seu contexto da aprendizagem. O docente qualificado e comprometido vai procurar conhecer as questões que dizem respeito ao contexto situacional e social do educando e buscará atendê-lo de uma forma que o contemple em todos os aspectos.

Entender o ser humano na sua totalidade não é questão simplória, e sendo a escola um espaço onde a sociedade se reflete, torna-se o lócus ideal para o estudo de várias dimensões que englobam os seres humanos. Sendo assim, os profissionais da educação necessitam estar abertos a estudar e procurar entender como se dá o desenvolvimento humano para que suas intervenções pedagógicas, didáticas e os relacionamentos com os alunos sejam bem sucedidos alcançando o objetivo maior da educação, que é o de atingir a aprendizagem.

Quando a construção do conhecimento é dialógica, os sujeitos participam ativamente dos processos de ensino-aprendizagem. Neste contexto o professor é o mediador das interações e da aprendizagem, isso porque tem uma postura de comprometimento e está preparado para atuar numa abordagem sociocultural, assim há qualidade nas intervenções e nas estratégias pedagógicas. O professor que procura entender a natureza dos seres sente-se mais preparado para criar condições adequadas para a aprendizagem. Como bem coloca Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (1996, p.27)

Dentro de uma situação onde o professor é humanista, tem bom senso, se preocupa com os sentimentos do aluno, com sua essência e conhece a realidade que o cerca, são bem maiores as chances de acontecer a inclusão. As diversidades, para serem entendidas e respeitadas, precisam de olhares atentos, humanos, livres de preconceitos. Para reforçar este pensamento Freire reitera que “Ensinar exige riscos, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, exige o conhecimento e a assunção da identidade cultural.” (1996, p.20)

Geralmente as escolas costumam negar que há diferenças e que nelas também, como na sociedade em geral, ocorrem processos de segregação de grupos, os que não se enquadram nos padrões estabelecidos são estigmatizados. Mas necessitam ser contrárias a estes costumes, as escolas devem ser espaços democráticos e favoráveis ao desenvolvimento de múltiplas culturas.

Não podemos deixar de ressaltar o que Ribeiro, Mieto e Nunes (2010), autoras de *A produção do fracasso escolar*, trazem para este estudo, elas abordam como a questão das diferenças humanas repercutem sobre os processos de avaliação do desempenho social e acadêmico dos alunos. Elas analisam as origens do fracasso escolar e concluem que é cada vez maior o número de crianças encaminhadas às equipes

de diagnóstico psicopedagógico, como consequência de sua suposta inadequação às demandas de aprendizagem impostas pela escola.

É muito comum encontrarmos professores procurando justificativas para o fracasso escolar. São queixas que apontam a negligência familiar, a falta de cultura dos alunos, a deficiência, a situação sócio-econômica, a disciplina, a falta de interesse; são os rótulos que se aplicam a muitos alunos. Apontam e responsabilizam os alunos pelo seu fracasso, principalmente os ANEE. Isso tudo deixa transparecer que o professor além de ter na sua formação falhas que não o capacitam para sua profissão de forma plena, ainda se mostra fechado às questões de natureza humana, ontologicamente, não entende o ser na sua forma real e muito menos nas dimensões mais amplas que envolvem os sujeitos de maneira global.

O professor, ciente de como se dá o processo de desenvolvimento humano, entende que os seres humanos têm suas vidas constituídas de múltiplos processos e muitos são os fatores que influenciam o seu comportamento. Por todos estes fatores, o docente deve saber que nem todas as pessoas se desenvolvem de forma similar. Os caminhos que elas percorrem podem ser diferentes, portanto o atendimento também deve ser diferenciado, devendo contemplar a cada uma. Todas as crianças se desenvolvem cada qual com as suas peculiaridades. Acompanhar as transformações do desenvolvimento, da dimensão ontológica, faz parte das atribuições de um professor comprometido de fato com o ensino-aprendizagem dos alunos.

Para a escola e para os professores é melhor ter turmas padronizadas. Julgam que é mais fácil lidar com grupos homogêneos. Isso se dá porque a escola não está preparada para lidar com as diferenças. Tal comportamento escolar reflete um modo de operar da sociedade. Trata-se de viver na escola o que se vive no conjunto das relações estabelecidas no contexto de um país, de um grupo social. Os grupos minoritários são estigmatizados, discriminados, e, muitas vezes, sequer vistos. Mas os professores precisam estar capacitados para saber lidar com a diversidade (credos, personalidades, limitações, sexo, fatores sociais e econômicos...). O professor necessita olhar e ver, precisa se preparar por meio de sua formação continuada e constante reflexão sobre sua prática e suas ações frente a todos os alunos, com a competência que exige a sua profissão.

Para que haja a inclusão escolar é necessária, além dos fatores estruturais e políticos do sistema, a mudança da postura e dos paradigmas dos professores, pois para atender o aluno com qualidade os docentes deverão adotar uma postura aberta, isso implica conhecer o contexto do aluno para que sua intervenção, a sua mediação seja coerente. Como muito bem evidencia Freire: “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo.” (1996, p.16). Como já foi dito, o professor deve ser um pesquisador, pois é preciso conhecer as bases do desenvolvimento humano, como também as modificações históricas e sociais do ambiente onde estão inseridos os alunos.

Importa destacar ainda que a teoria e a prática necessitam sempre ser indissociáveis. Como expõem Raposo e Maciel: “a teoria pode ser comparada a uma lente que amplia o olhar do professor. Ajuda a enxergar o que antes não conseguia - teorias diferentes, diversidades de olhares” (2010, p.23). E é com esta convicção que o professor deve sempre buscar enriquecer sua formação, para que de fato possa atuar com segurança, intervindo de maneira satisfatória na sala de aula que é um ambiente repleto de diferenças e situações que exigem dele um preparo adequado, assim ele poderá atender a todos com qualidade e igualdade.

III- A ESCOLA E A FAMÍLIA DOS ANEE

A *Constituição da República Federativa do Brasil* - CF- prevê no artigo 205 que: “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho.” (Cap.III, seção I, 1988). Sendo direito de todos, as crianças com Necessidades Educativas Especiais - NEE- devem ser atendidas buscando o seu pleno desenvolvimento, assim como as demais crianças. Como preza a CF, a família também é responsável pela educação, sendo ela o primeiro grupo social em que as crianças fazem parte. É importante que a família cumpra o seu papel, oferecendo a mediação necessária, ensinando padrões e valores ideais para o convívio na sociedade. “A família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dela.” (DESSEN, 2007, p. 21-32).

Num trecho do livro *Ensaio sobre a cegueira*, de Saramago (2001, p.125), o autor retrata as famílias cegas com dificuldades de guiar outros cegos. Ele faz uma alusão à pintura de Pieter Brueghel, (1958) onde cegos guiam outros e caem. Situações com as famílias que descobrem ter uma criança com necessidades educacionais especiais nos remetem ao fato por eles retratado: as famílias não conseguem aceitar as limitações da criança e não enxergam formas de desenvolvimento, de adaptações para que os mesmos possam ter uma vida considerada normal. Tentam guiá-las, mas caem. “O brilho branco da cegueira ilumina as percepções das pessoas.” Assim define Saramago, o comportamento daqueles que após ficarem cegos passam a “ver” o mundo com os outros sentidos. Muitas vezes a escola age como se não enxergasse, não compreendendo os ANEE e sua família. Fechar os olhos para o outro, sem se colocar no seu lugar, não contribui em nada para a inclusão.

As famílias que têm filhos com NEE, para não caírem no desânimo, no descrédito, devem buscar superar o “luto simbólico”, situação em que os pais procuram negar que a criança tem alguma necessidade especial, devido a alguma deficiência ou limite. É importante, para superar tal situação, que busquem informações a fim de potencializar as capacidades que ela possui, oferecendo-lhe todo o apoio de que necessita. Como ressalta Azulay, importa incluí-la primeiramente em seu meio, aceitá-la, e em seguida buscar formas de incluí-la na sociedade na qual vive (2010).

A escola e a família necessitam se unir formando, junto a outros órgãos, uma rede de apoio para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos ANEE. É fundamental que haja uma relação de confiança entre a família e a escola sempre.

Para que as dificuldades de uma criança com NEE sejam pouco a pouco superadas, a escola tem como responsabilidade favorecer ambientes de socialização e aprendizagem para que a mesma consiga ter uma vida social com o mínimo de limitações. Faz-se necessário existir um grupo de profissionais especializados que saibam atendê-la com a qualidade que merece e tem direito. Assim, família e escola caminham juntas em prol de uma vida digna, feliz, sem preconceitos, sem barreiras, sem exclusão para todos e todas.

IV- OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar características da formação do professor que possibilitem processos inclusivos na aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - ANEE .

O professor só ensina bem, se ele tiver aprendido bem. Partindo deste pensamento buscou-se entender como tem sido a formação dos docentes do nosso país, se ela tem oportunizado o suporte necessário para atender o universo de diversidades que preenchem as escolas brasileiras. A formação do professor tem dimensões enormes e é vista como uma problemática e também como a principal responsável pela baixa qualidade do ensino brasileiro.

Os objetivos específicos que motivaram este estudo foram:

- Verificar qual a formação acadêmica dos professores e a opinião referente ao preparo para atuação na educação inclusiva;
- Averiguar se na formação desses professores foram ofertadas disciplinas voltadas ao atendimento dos ANEE e se nessas a questão humanística foi tratada a fim de despertar interesses e respeito pela diversidade;
- Especificar quais os recursos/metodologias estão sendo utilizadas no processo de ensino-aprendizagem dos ANEE;
- Pesquisar qual a relação existente entre a família dos ANEE e a escola, quanto às ações voltadas à sua aprendizagem;
- Identificar qual o ponto de vista dos professores sobre a formação continuada referente à educação inclusiva.

As questões elencadas neste estudo buscaram responder aos objetivos aqui citados e com eles pretendeu-se, acima de tudo, entender porque fracassa a educação inclusiva em algumas escolas. Desejou-se discutir esta problemática tão gritante e procurar meios que venham a interferir neste processo de forma positiva.

V- METODOLOGIA

O levantamento deste estudo teve caráter empírico e de pesquisa qualitativa e foi desenvolvido no contexto de uma escola pública. “O curso da produção de informações no trabalho de campo da investigação qualitativa é simultaneamente um processo de produção de idéias no qual toda nova informação adquire sentido para a investigação.” (MACIEL e RAPOSO, 2010, p.17). Assim, realizou-se um processo de construção do conhecimento entre pares, já que a investigadora refletiu e participou também da pesquisa, por isso ela foi qualitativa e participativa. Como já foi dito, a pesquisadora faz parte da equipe pesquisada e deixou bem esclarecidos para os participantes quais os objetivos da pesquisa desde o início da investigação, como Maciel e Raposo sugerem:

A apresentação do tema ao investigado ou ao grupo pesquisado se dê por meio de um diálogo no qual o pesquisador leve o seu tema de interesse e convida o grupo a ser investigado à participação. Assim, o interesse do investigador e suas preocupações aparecem de forma natural dentro da conversa desenvolvida com o grupo, significando o primeiro momento da investigação. (2010, p.14)

A escola que fez parte deste estudo situa-se numa região localizada no “entorno do DF”, município do Novo Gama-GO, tem uma comunidade essencialmente carente de recursos materiais, culturais, familiares e muitos se encontram fora da faixa etária apropriada à série. É uma escola pública que atende crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em dois turnos, e recebem professores de diversas localidades do entorno e do Distrito Federal. No Município não há Escolas de Ensino Especial, portanto todas as crianças com NEE são atendidas em escolas do Ensino Regular. O critério de escolha da escola para pesquisa foi pelo motivo de a pesquisadora atuar na mesma, por pertencer à rede pública municipal de ensino e por ter na sua clientela alunos com e sem necessidades educacionais especiais.

Participaram desta pesquisa os professores, diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, totalizando 19 profissionais que trabalham na escola pesquisada. Os professores possuem diferentes tipos de formação, alguns ainda possuem somente o ensino médio – Curso Magistério (antigo Normal), outros são formados em áreas específicas e também há pedagogos. Estes profissionais envolvidos

na pesquisa atuam com alunos com necessidades educacionais especiais e com outros e trabalham com regência de classe em dois turnos, alguns trabalham em três turnos. Há no quadro desta escola professores concursados e também contratados temporariamente.

Essa pesquisa tratou justamente de uma análise sobre a formação (acadêmica, curso de aprimoramento e outros) do professor atuante no ensino de alunos com necessidades educacionais especiais e foi necessária a expressão individual dos sujeitos envolvidos no estudo. Como sugere González-Rey (2005), a apresentação do tema ao grupo investigado ou ao grupo pesquisado deve acontecer por meio de um diálogo no qual o pesquisador leve o seu tema de interesse e convida o grupo a ser investigado à participação. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), autorizando a publicação de seus dados, opiniões etc.

As abordagens se deram de forma interpretativas, com momentos informais (avaliações do trabalho pedagógico, conversas, reflexões sobre a prática escolar e os ANEE no cotidiano) observados pela pesquisadora, entrevistas e por meio de questionários estruturados e auto-aplicáveis para serem respondidos, com a participação do investigador. As perguntas foram a respeito do cotidiano escolar, elaboradas com o objetivo de atenderem aos questionamentos levantados nessa pesquisa.

Com relação aos instrumentos utilizados, apresento os seguintes: roteiros para entrevista e para análise, questionários impressos, todos previamente elaborados. Os materiais necessários para a realização da pesquisa foram de consumo, como: cadernos para registro, papéis, canetas para a entrevista impressa. Pois “Os instrumentos qualitativos podem ser de expressão individual, oral, escrita ou interativos. Portanto, dá à produção de conhecimento um caráter interpretativo-constutivo que enfatiza a necessidade de este ser construído a partir do que expressa o sujeito estudado.”(Maciel e Raposo, 2010)

Esta pesquisa foi dividida em três etapas, na primeira, a construção do projeto de pesquisa com a instrumentalização teórica obrigatória para a obtenção do embasamento necessário. Nas outras etapas ocorreram o levantamento dos dados em uma escola do Município do Novo-Gama/GO e a análise e interpretação dos dados obtidos que serão apresentados neste relatório. Como ressaltam Maciel e Raposo (2010), a pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais. As hipóteses são momentos do

pensamento do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento. Por isso o presente trabalho baseia-se em grandes questões em torno das quais a investigação se desenvolveu.

O mais importante, todavia, foi levantar os questionamentos que levaram o professor a refletir sobre sua prática, sua formação e sua postura frente aos ANEE. As reflexões poderão modificar o pensamento do professor e motivá-lo a olhar diferentemente os ANEE. Olhando diferente, o docente poderá colocá-lo em posição de igualdade com os demais alunos, facilitando assim a inclusão escolar.

VI-ANÁLISE DE DADOS

Para o estudo realizado foram respondidos 19 questionários, onde 16 professores declararam ser do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

No quesito idade, verificou-se que atuam na Instituição entre 18 e 25 anos, 1 professor; de 26 a 35 anos, 11 professores; de 36 a 40 anos, 05 professores; de 41 anos em diante, 02 professores.

O tempo de atuação no magistério ficou registrado da seguinte forma: até 5 anos, 07 professores; de 6 a 10 anos, 03 professores; de 11 a 15 anos, 06 professores; de 16 a 20 anos, 02 professores e acima de 20 anos, 01 professor.

Analisando as três primeiras questões, pôde-se concluir que a maioria dos investigados são do sexo feminino, têm idade média de 30 anos e possuem mais de 05 anos de atuação no magistério. Portanto, é possível perceber que o grupo já tem certa vivência da prática escolar. Ter a vivência nem sempre implica em ser o professor competente para atuar com ANEE, porque muitos se mostram resistentes à formação continuada e também à inclusão escolar e terminam por escolherem as turmas que consideram menos problemáticas, aos professores em início de carreira, são destinadas estas turmas.

Sobre a formação inicial do docente, observou-se que havia com Magistério em nível médio, 01 professor; Pedagogia, 06 professores; outras licenciaturas, 11 professores; superior incompleto, 01 professor.

Quando questionados sobre a formação específica na área da inclusão, responderam ter: nenhuma, 08 docentes; curso de capacitação, 06 docentes; curso de especialização, 04 docentes; outro, 01 docente.

Na questão em que os professores foram perguntados se já lecionaram para ANEE, assim responderam: pela primeira vez, 01 professor; já teve outras experiências, 10 professores; costumam lecionar todos os anos, 04 professores; nunca lecionou, 04 professores.

As questões seguintes que envolvem a formação inicial, específica da área da inclusão e experiência com ANEE, mostraram que 17 professores têm formação de nível superior, 2 curso de nível médio e 15 professores já lecionaram para alunos com NEE. Este quadro demonstra que a formação dos docentes realmente, como já foi dito neste relatório, não está capacitando-os para exercerem a profissão com a qualidade almejada. Esta reflexão se confirmou com os próximos questionamentos referentes à segurança que os professores têm em relação ao atendimento de ANEE.

Perguntados como avaliam a sua formação para atuar com os ANEE, os investigados disseram que se consideram: mais ou menos preparado - 7 investigados; mal preparados - 3 investigados; sem nenhum preparo - 9 investigados.

Se a maioria dos professores já possui formação em nível superior e metade deles tem formação na área da inclusão, porque grande parte não se sente preparado para atuar com ANEE? Avalia-se que a formação dos docentes ofertada no Brasil não está capacitando como deveria esses profissionais. Creio que os professores se sentem inseguros por não conhecerem suficientemente as possibilidades de diversidades que possa haver em um ambiente escolar. E nos curso de formação oferecido não foi trabalhado neles o despertar da sensibilidade e da importância de procurar se ver no outro. Todas estas questões facilitarão o processo de formação voltada ao atendimento dos ANEE. Nóvoa, considera que:

A interligação entre as questões do ensino, da investigação e das práticas escolares e a participação efetiva dos profissionais na formação dos futuros professores são fundamentais para que se crie um novo modelo de formação de professores. Não nascemos professores. Tornamo-nos professores por meio de um processo de formação e de aprendizagem na profissão. (2010, p. 6-9)

Além de reformas nos cursos que preparam professores, é necessário criar incentivos para que os professores invistam na sua formação individual, proporcionar maior troca de experiências no trabalho em equipe, dar maior atenção e apoio ao professor em início de carreira, oferecer formação continuada sempre aliando-a à prática. E no atendimento de ANEE, deve haver uma equipe ou uma rede de apoio especializada que dê toda assistência necessária ao professor, para que ele se sinta mais seguro.

Todas essas medidas são importantes para a inclusão dos alunos com NEE, porém o professor deve ter uma abertura para atender essas crianças. O professor precisa se dedicar para que haja o atendimento adequado ao aluno; ter uma postura que o leve a buscar conhecer para intervir. O conhecimento vai tirar o professor da ignorância e abrir sua mente para as diversidades que há na escola. Na mesma medida que a criança que necessita de atendimento especializado precisa ser incluída no âmbito da escola, o professor carece ser incluído como sujeito que vai lidar com a problemática de forma direta e interventiva.

Sobre a opinião de haver a necessidade de participar de programas de formação continuada para professores que atuam com ANEE, todos os pesquisados consideram muito importante.

Instigados a respeito da visão deles em relação à formação do professor e suas implicações referentes à aprendizagem dos ANEE, todos afirmaram que a formação do professor interfere muito na aprendizagem desses alunos.

Se os professores consideram importante a formação continuada e acreditam que a sua formação traz implicações à aprendizagem dos ANEE, então eles têm ciência de que depende deles que esses alunos aprendam e sejam incluídos. Creio que ao professor devem ser dadas melhores condições de trabalho e remuneração, para que os mesmos não precisem trabalhar em dois, três turnos e mais tempo seja dedicado aos estudos, à sua preparação para atuar com diferentes alunos, independente das necessidades que eles possuam.

Neste estudo foi possível averiguar que já existe por parte dos docentes a consciência que a formação continuada e uma visão humanística voltada aos ANEE são fatores muito importantes e que interferem na aprendizagem dos alunos. Acredito que

está faltando é a oferta de cursos de formação continuada consistentes que preparem de fato os professores, que ofereçam a formação almejada para o atendimento ideal aos ANEE.

No que se refere às técnicas, recursos, metodologias que utilizam para o ensino-aprendizagem, 01 professor acha que não tem contribuído; 03 professores acham que têm contribuído pouco; 08 professores acreditam que têm contribuído muito; 06 professores acreditam que têm contribuído de forma razoável.

Indagados se é suficiente aprender técnicas sem aliar a uma postura humanística, aberta à inclusão escolar, 18 docentes responderam que é necessário aprender técnicas e ter uma postura aberta e 1 professor respondeu que tem outra visão, mas não quis especificá-la.

Nestas duas questões que se referem às técnicas e à postura do professor, pôde-se observar que somente as metodologias não são suficientes para atingir o ensino-aprendizagem dos alunos. Os professores entendem que é necessário ter uma postura humanística aberta à inclusão, atitudes que recuperam o papel do docente no ato educativo e apropriação dos papéis dos sujeitos da educação no desenvolvimento das crianças. Para que esta visão seja colocada em prática, creio que se faz necessário constantes reflexões dentro de um grupo escolar e também possibilitar a este grupo condições ideais para o atendimento de qualidade que os ANEE merecem e têm direito.

Na questão que inquire se a formação do professor interfere na relação entre a escola e a família, 17 professores responderam que a formação do professor interfere sim, 01 respondeu que não interfere e 01 que tem pouca interferência.

Neste questionamento a maioria dos entrevistados considera que a formação do professor pode interferir na relação com a família do aluno. Para haver uma relação de respeito, afetividade, compreensão, o professor deve conhecer o contexto do seu aluno. A realidade do aluno inclui a sua família. Um profissional bem formado e informado vai dar conta também desta competência que é necessária para um ensino que deve se pautar na inclusão escolar.

Na última pergunta, os pesquisados foram questionados se o relacionamento afetivo, humanístico do professor com o aluno interfere de forma positiva no processo

da inclusão, responderam que: a relação afetiva pode sim contribuir com a inclusão - 07 professores; a relação afetiva contribui muito com a inclusão - 12 professores.

Percebe-se que não é possível desvincular o relacionamento afetivo entre professor-aluno do ensino-aprendizagem, porque o aluno deve ser atendido de forma global. As dimensões que o professor precisa conhecer sobre o desenvolvimento humano incluem muitos fatores e saber lidar com todos eles é uma de suas competências. Estabelecer uma relação de afetividade não é tarefa simples, inclui conhecer o ser humano como ser histórico-cultural, então cabe ao docente assumir também esse compromisso para que o atendimento do aluno seja de forma efetiva e inclusiva.

Os dados levantados neste estudo provocaram reflexões sobre a formação do professor e sobre a sua visão quanto ao atendimento dos ANEE. Conclui-se que o professor apesar de ter tido uma formação inadequada e insuficiente, quanto à inclusão escolar, ele tem abertura para tratar deste assunto, resta às escolas (Governo, Estado) promoverem em seus ambientes, permanentes fóruns de reflexões e formação continuada dos seus profissionais de modo que a inclusão escolar seja de fato estabelecida. A escola necessita ser, portanto, espaço de interações, de conhecimento, de respeito aos seres humanos, de ensino-aprendizagem sobre o lidar com as diversidades presentes no seu ambiente. O professor precisa ter esse entendimento e buscar através de sua formação atender às necessidades que o contexto exige e sempre aliar todos esses fatores à sua prática docente em prol da inclusão escolar.

VII-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise desta pesquisa podemos concluir que o quadro aqui apresentado mostra uma realidade da escola inclusiva bem longe de ser a ideal. Os atores envolvidos no estudo declararam que a formação do professor contribui muito para o sucesso da inclusão escolar e se auto-avaliaram mal preparados e inseguros para atuarem com ANEE em face da pouca formação que tiveram nessa área.

Os professores investigados consideram a formação continuada muito importante e acreditam que devem aliar as metodologias, os recursos no

desenvolvimento do ensino-aprendizagem a uma postura humanística, aberta aos ANEE e reiteram que a formação interfere também nas relações entre professor, aluno, família e a aprendizagem.

A característica principal identificada sobre a formação do professor, que pode possibilitar processos inclusivos na aprendizagem dos ANEE, é o entendimento que ele já possui de que sua formação deve ser continuada e que sua postura deve estar aberta à inclusão escolar e à aprendizagem dos ANEE.

Apesar de declararem que não possuem preparo para atender os ANEE, sua opinião é a de que precisam buscar sua formação continuada. Expressa maioria informou que não teve, em sua formação inicial, disciplinas voltadas à inclusão escolar nem tão pouco trabalhos voltados ao interesse e ao respeito às diversidades que o ambiente escolar oferece.

Portanto, há de se considerar que a reformulação dos cursos de licenciaturas, capacitação e outros deve acontecer o quanto antes, pautando-se na mudança de postura dos docentes e também na legislação brasileira, que já teve alguns avanços ao longo da história em relação à inclusão escolar.

A realização deste estudo poderá contribuir com futuras pesquisas que abordem este tema, promover reflexões, subsidiar os educadores em Projetos Políticos Pedagógicos de escolas, ou em outros estudos. É possível que também gere interesse no poder público comprometido com a Educação Inclusiva, que tenha em seu projeto o objetivo de ter em suas escolas um ambiente onde caibam todos: professores, alunos, famílias de alunos e outros; todos com as suas diferenças respeitadas e necessidades atendidas; e se baseando nos resultados deste estudo ofereçam aos seus docentes uma formação mais adequada.

VIII-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI- RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. *Formação do professor como agente letrado*. 1ª ed. Contexto: São Paulo, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. MEC. *História da educação brasileira*, Brasília, Centro Gráfico, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, CORDE, 1997, p. 37

BRUEGHEL, Pieter. *A parábola dos cegos*, 1568.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores associados, 1997.

DESSEN, Maria Auxiliadora e COSTA, Ana Polônia da. *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano*. Paidéia (Ribeirão Preto), Abr. 2007, Vol.17,nº.36, p.21-32. ISSN0103-863X

FORD, D.H; LERNER, Richard.M. *Developmental Systems theory: a integrative approach*. London: Sage, 1992

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra: São Paulo, 1996.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

KELMAN, Celeste Azulay. *O papel da família no desenvolvimento do ensino-aprendizagem do ANEE*. Módulo: Processos de Ensino-aprendizagem, UAB-UNB, 2010.

MACIEL, Diva Maria Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. *Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão*. Módulo V, UAB-UNB, Texto básico, 2010.

NÓVOA, Antonio. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____, Antonio. *Profissão docente*. Revista Educação, São Paulo, 12/02/2010. Nº 154, Entrevista, p. 6-9.

RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares; MACIEL, Diva Albuquerque. *A psicologia e a formação de professores: ação e reflexão a partir da percepção de professores em formação*. Interação, 10, 2006. P.287-300.

RIBEIRO, Julia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela Nunes; SILVA, Daniele Henrique. *A produção do fracasso escolar*. Módulo 7- Processos de Ensino-aprendizagem, UAB-UNB, 2010.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. Companhia das Letras, 2001.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; BARTHOLO, Roberto dos Santos Júnior. *O professor e o ato de ensinar*. Cad. Pesquisa. Vol.35. nº 126, São Paulo Set./Dez. 2005.

IX - APÊNDICE

Entrevista aplicada aos professores

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR

Pesquisadora: Cláudia Ribeiro do Nascimento.

Orientador: Adriano José Hertzog Vieira.

Monografia: A formação dos professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Questionário de entrevista com professores.

1. Sexo

() masculino

() feminino

2. Quantos anos você tem? _____ anos.

3. Incluindo o ano atual, há quantos anos você leciona? _____ anos.

4. Você cursou:

() Magistério (nível médio)

() Magistério superior

() Pedagogia

() Licenciatura Plena _____

() Licenciatura curta _____

() Bacharelado

() Superior incompleto _____

5. Você tem alguma formação específica na área da inclusão?

- Nenhuma
- Curso de capacitação
- Curso de Especialização
- Outro_____

6. Você leciona para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE)?

- Pela primeira vez
- Já teve outras experiências
- Costuma lecionar todos os anos para ANEE
- Nunca lecionou

7. Como você avalia a sua formação para atuar com ANEE?

- Considero-me bem preparado(a)
- Considero-me mais ou menos preparado(a)
- Considero-me mal preparado(a)
- Considero-me sem nenhum preparo.

8. Qual a sua opinião sobre a necessidade de participar de programas de formação continuada para professores que atuam com ANEE?

- Considero pouco relevante
- Considero muito importante
- Considero desnecessário

9. Que visão você tem em relação a formação do professor e suas implicações referentes a aprendizagem do ANEE?

- A formação do professor não interfere na aprendizagem do ANEE
- A formação do professor interfere pouco na aprendizagem do ANEE.
- A formação do professor interfere muito na aprendizagem do ANEE.

10. As metodologias, recursos, técnicas, utilizados têm contribuído para o ensino-aprendizagem do ANEE?

- Não têm contribuído
- Têm contribuído pouco
- Têm contribuído muito
- Têm contribuído de forma razoável.

11. É suficiente aprender técnicas ou falta ao professor uma postura humanística, aberta à inclusão escolar?

A postura do professor não interfere no processo da inclusão escolar.

É suficiente aprender técnicas.

É necessário aprender técnicas e ter uma postura aberta.

Outra

visão _____

12. A formação do professor interfere na relação entre escola e família?

A formação do professor não interfere

A formação do professor tem pouca influência na relação família e escola.

A formação do professor interfere na relação família e escola.

13. O relacionamento afetivo, humanístico do professor com o aluno interfere de forma positiva no processo de inclusão?

Esta relação nada tem a ver com a inclusão

A relação afetiva pode sim contribuir com a inclusão

A relação afetiva pouco interfere na inclusão

A relação afetiva contribui muito com a inclusão

X - ANEXOS

A - CARTA DE APRESENTAÇÃO – ESCOLA



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A Diretora

Escola Municipal Monteiro Lobato.

De: Professora Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhora Diretora,

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos Uab-Unb de Alexânia e Ceilândia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pela Professora/cursista Cláudia Ribeiro do Nascimento sob orientação, do Professor Mestre Adriano José Hertzog Vieira cujo tema é: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS a ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos por meio do e-mail: divamaciel52@gmail.com

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A formação dos professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos.

Constam da pesquisa anotações das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias dos ANEE e, ainda, entrevistas a serem registradas com os professores no intuito de conhecer como é desenvolvido o processo de ensino- aprendizagem dos ANEE, bem como aspectos relacionados à interação deste com seus pares. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (61) 96742808 ou no endereço eletrônico claudiaribeiros@hotmail.com se tiver interesse em

conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Assinatura:

E-mail

(opcional):
